

Relatório de Autoavaliação Institucional 2020

Ano de Referência - 2019

2º RELATÓRIO PARCIAL *Campus Baturité*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

SUBCOMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2020

ANO DE REFERÊNCIA – 2019

2º RELATÓRIO PARCIAL LOCAL – *CAMPUS* BATURITÉ

Baturité-CE

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e
Tecnológica
Ariosto Antunes Culau

Reitor
Virgílio Augusto Sales Araripe

Diretor Geral
Lourival Soares de Aquino Filho

Chefe do Departamento de Ensino -
Substituta
Laís Silva Rodrigues

Chefe do Departamento de Administração
e Planejamento
José Valder da Costa

Comissão Própria de Avaliação
Francisco Glauco Gomes Bastos (Pres.)

Antônio Castro de Souza

Bárbara Neres Carvalho

Camile Leal de Medeiros

Fabiano Rocha

Fábio Reis de Vasconcelos

Felipe Antônio Dantas Monteiro

Francisco Geovane L. Duarte

Francisco José Calixto de Sousa

João Reginaldo da Silva

Jordana Érica Mesquita da Silva Gomes

José Sampaio de Souza Filho

Maria Luciana da Silva Mesquita

Saulo Henrique dos Santos Esteves

Thereza Neumann Santos de Freitas

Viviane Paiva de Lima

Subcomissão Própria de Avaliação

Isac de Freitas Brandão

Gabriel Demétrius Gomes Lopes Santa Rosa

Bruna Kelle Lima Matos

Felipe Augusto Barbosa Pinheiro

Sistematização do Relatório

Isac de Freitas Brandão

Gabriel Demétrius Gomes Lopes Santa Rosa

Francisco José Calixto de Sousa

Revisão Textual e Gramatical

Lauro Inácio de Moura Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE

I59r Instituto Federal do Ceará. Comissão de Avaliação Própria.

Relatório de Autoavaliação Institucional 2020: ano de referência 2019: 2º relatório parcial/ Subcomissão Própria de Avaliação. - Baturité, 2020.
40 p.

1. IFCE-Avaliação Institucional (2019) - Relatório. 2. Planejamento educacional. 3. Comissão Própria de Avaliação - CPA II. I. Título.

Catalogação: Bibliotecária Esp. Josilene de Araújo Ribeiro - CRB3/931

Sumário

Apresentação.....	6
1 Introdução.....	7
1.1 A Avaliação Institucional.....	7
1.2 Breve Histórico do IFCE.....	8
1.2.1 Breve Histórico do IFCE Campus Baturité.....	9
1.3 Caracterização do IFCE.....	10
1.3.1 Caracterização do IFCE Campus Baturité.....	11
1.4 Organização Multicampi.....	11
1.5 Finalidades e Objetivos do IFCE.....	12
1.6 Identificação da Unidade.....	13
1.7 Cursos Técnicos Ofertados no IFCE Campus Baturité.....	13
1.7.1 Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio.....	14
1.7.2 Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio.....	14
1.7.3 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.....	14
1.8 Cursos de Graduação Ofertados no IFCE Campus Baturité.....	14
1.8.1 Cursos de Licenciatura.....	14
1.8.2 Cursos de Tecnologia.....	14
1.9 Cursos de Pós-Graduação Ofertados no IFCE Campus Baturité.....	14
1.9.1 1.9.1 Cursos de Pós-Graduação lato sensu.....	14
1.10 Dados do Campus.....	14
1.11 Dados da CPA.....	14
2 Metodologia.....	16
2.1.1 Etapa de Elaboração.....	16
2.1.2 Etapa de Execução.....	16
2.1.3 Etapa de Análise.....	16
2.2 Respondentes das Pesquisas Aplicadas.....	19
3 Coleta e Análise de Dados Pertinentes a Cada Eixo.....	20
3.1 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	20
3.1.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.....	20
3.1.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.....	20
3.2 Eixo 3: Políticas Acadêmicas.....	21
3.2.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.....	21
3.2.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade.....	23
3.2.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.....	24
3.3 Eixo 4: Políticas de Gestão.....	25
3.3.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal.....	25

3.4	Eixo 5: Infraestrutura Física.....	26
3.4.1	<i>Dimensão 7: Infraestrutura física.....</i>	<i>26</i>
4	Ações com Base na Análise Preliminar.....	30
5	Considerações Finais.....	31
	Referências.....	32

“A avaliação institucional envolve em ações intersubjetivas os docentes, os estudantes, os funcionários, os egressos, a gestão e a comunidade; indaga sobre qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; examina os acertos e erros burocráticos e administrativos; verifica a vitalidade e o exercício democrático das instâncias institucionais; questiona os delineamentos políticos, as propostas pedagógicas e os compromissos sociais; tematiza as relações de trabalho e a qualidade de vida, enfim, tenta compreender para transformar toda a instituição.”

(SOBRINHO; BALZAN, 1995)

APRESENTAÇÃO

A Subcomissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal do Ceará (IFCE) *Campus* Baturité traz a público o relatório parcial de autoavaliação institucional referente ao ano letivo de 2019, que compreende os períodos letivos 2019.1 e 2019.2.

Sob a perspectiva do aperfeiçoamento institucional contínuo, o processo de avaliação, desenvolvido no âmbito do IFCE, constitui instrumento fundamental e estratégico para os ciclos de gestão e de planejamento da instituição, os quais impactam, diretamente, nas ações cotidianas do fazer acadêmico e administrativo que, por sua vez, fortalecem a missão institucional, sobretudo, no que diz respeito à qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade.

Amparada, portanto, nos pressupostos institucionais, a CPA disponibiliza, novamente, para a comunidade interna e externa, o relato das dimensões institucionais como resultado das informações prestadas pelos respondentes e coletadas por meio do instrumento de avaliação: questionário.

O presente relatório está organizado em quatro capítulos, a saber: no capítulo 1, apresenta-se, de forma breve, o IFCE e seu processo de avaliação institucional, incluindo a organização da Comissão Própria de Avaliação (CPA); no capítulo 2, aborda-se a metodologia utilizada na autoavaliação institucional, destacando-se o delineamento do estudo, a definição da população, a amostra de pesquisa, os instrumentos e técnicas de coleta de dados e as limitações do estudo realizado; no capítulo 3, apresentam-se os resultados por segmento (corpo discente, docente e técnicos administrativos) e, por fim, no capítulo 4, é realizada uma análise dos dados, o que possibilita um diagnóstico da situação atual do IFCE *Campus* Baturité.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) cujo objetivo é “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. De acordo com essa Lei, para a avaliação das instituições devem ser utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco. Nessa perspectiva, tais procedimentos de avaliação são coordenados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), no âmbito do IFCE.

Em 2014, foi emitida a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 que apresenta uma sugestão de roteiro a ser seguido pelas instituições de ensino superior na elaboração de seus relatórios de autoavaliação institucional, bem como determina a periodicidade da submissão dos relatórios por meio do sistema e-MEC. Destaca-se que, a partir do ano de referência 2015, passou-se a exigir que o mesmo relatório fosse inserido no e-MEC ao longo de três anos.

Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, no que diz respeito à periodicidade, o primeiro ciclo de Relatórios se daria a partir do ano de referência 2015, devendo, pois, serem inseridos no sistema e-MEC, da seguinte forma:

- Até 31 de março de 2016 - 1º Relatório Parcial;
- Até 31 de março de 2017 - 2º Relatório Parcial;
- Até 31 de março de 2018 - Relatório Integral.

Ainda de acordo com o que estabelece a NT supracitada, para o triênio 2018-2020 o relatório deverá ser entregue da seguinte forma:

- Até 31 de março de 2019 - 1º Relatório Parcial – ano de referência 2018;
- Até 31 de março de 2020 - 2º Relatório Parcial – ano de referência 2019;
- Até 31 de março de 2021 - Relatório Integral – ano de referência 2020.

Sendo assim, o presente relatório constitui o segundo ano de um novo ciclo, de forma que o mesmo é uma versão parcial referente ao exercício de 2019 que apresenta o resultado das avaliações aplicadas aos segmentos de docentes, discentes e técnicos administrativos, assim como as análises dos dados coletados.

Em 2021 será entregue o relatório integral, que contemplará as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência 2020. Além disso, apresentará uma discussão sobre o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão e, ainda, um plano de ações de melhoria para o IFCE.

1.2 BREVE HISTÓRICO DO IFCE

Com mais de um século de existência, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) firmado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição em que suas raízes remontam ao início do século XX e teve sua denominação alterada por diversas vezes.

Inicialmente, em meados dos anos de 1900, o então presidente Nilo Peçanha, criou mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, inspirado nas escolas vocacionais da França. De acordo com este Decreto (Brasil, 1909), as Escolas de Aprendizes Artífices tinham como objetivo facilitar a formação das classes proletárias, permitindo aos filhos dos desfavorecidos de fortuna o preparo técnico e intelectual na aquisição de hábitos profissionais afastando-os do mundo do crime e da violência.

Anos mais tarde o processo de industrialização que desponta no Brasil, pós-segunda Guerra Mundial, traz nos anos de 1940 mudanças às Escolas de Aprendizes Artífices. As escolas até então pensadas no objetivo maior das artes e ofícios, agora é repensada a partir das demandas e exigências do mercado industrial brasileiro. A educação se vincula à economia como forma de contribuir com a progressiva modernização do país.

Nesse contexto, em 1941 foi fundada na cidade de Fortaleza-CE a Escola Industrial de Fortaleza, substituindo a Escola de Aprendizes Artífices de Fortaleza-CE. Os anos de 1950 trouxeram ao processo de industrialização tecnologias e demanda de mão de obra especializada para operar esses novos mecanismos industriais. Diante disso, a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, trouxe à Escola Industrial de Fortaleza autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, tornando-a autarquia federal com a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Com isso, em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE). A ETCE tinha como característica principal a oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

As constantes mudanças no cenário econômico brasileiro trouxeram nova mudança a estas escolas. Já no final dos anos de 1970 se considerou um novo modelo institucional às Escolas Técnicas Federais, então denominadas de Centros Federais de Educação Tecnológica, foram primeiro instaurados nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No estado do Ceará, a Escola Técnica Federal recebe a denominação Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) no ano de 1994, mediante a publicação da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Mas foi somente em 1999 que efetivamente começou a funcionar com tal nomenclatura e missão institucional diferenciada. Dessa forma, os CEFETs passam a atuar no tripé ensino, pesquisa e extensão. Promovendo maiores avanços na educação profissional e no compromisso tecnológico e científico da educação brasileira.

Com o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, os CEFETs passam a incluir em suas finalidades a oferta de ensino superior de graduação e pós-graduações *lato sensu* e *stricto*

sensu. Demandas proporcionadas pela qualidade e excelência da oferta da educação tecnológica nos níveis até então compreendidos pelos CEFETs.

As políticas educacionais firmadas nos anos 2000 foram expressões do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que articulava, dentre outras metas: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do país. No entanto, foi no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado em abril de 2007, pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, que estas políticas tiveram uma melhor articulação a partir de quatro eixos de ação: educação básica, ensino superior, alfabetização e educação continuada e ensino profissional e tecnológico.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, trouxe a implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, fortalecendo a educação profissional e tecnológica em todos os estados do país, expandindo a oferta dessa educação e sua articulação com o ensino médio, e em especial com a oferta de educação de jovens e adultos. Com esta lei os CEFETs deram lugar aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008). O ano de 2008 marca a maior expansão da história dos Institutos Federais, saltando de 140 unidades construídas em 93 anos de história, para 354 até o ano de 2010.

Equiparados às universidades federais, segundo a Lei nº 11.892/2008, art. 2º, § 3º, os Institutos Federais têm autonomia para criar e extinguir cursos nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. O que consolida a sua autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e curricular.

1.2.1 Breve Histórico do IFCE *Campus* Baturité

Com o objetivo de fortalecer sua marca e ampliar a oferta de qualificação profissional em diversos interiores, regiões estratégicas, do Estado do Ceará, e em consonância com o programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, o IFCE vem concretizando sua descentralização e se consolidando em todo o Estado. E é dessa forma que nasce, na região do Maciço de Baturité, o IFCE *Campus* Baturité.

2007 foi ano em que foi dado o primeiro passo para a gênese do IFCE *Campus* Baturité. Com a Lei municipal nº 1.328/07, de 11 de outubro de 2007, assinada pelo então Prefeito do município, Fernando Lima Lopes, e pelo Diretor Geral do Centro Federal de Educação e Tecnológica do Ceará (CEFET), Cláudio Ricardo Gomes de Lima, deu-se início o processo de aquisição de um terreno.

No ano 2008, foi realizada uma audiência pública da qual participaram o diretor do CEFET, Cláudio Ricardo, e autoridades da região, dentre elas a Prefeita de Aracoiaba, Marilene

Campelo, e o Prefeito de Baturité, Fernando Lima Lopes. A partir desta, decidiu-se que a Câmara Municipal de Baturité, através de escritura pública, registrada no Cartório do 1º Ofício Castro e Silva, Comarca de Baturité-CE, doava um terreno de 40.000 m², na localidade do Bairro Sanharão, para a construção de uma unidade de extensão da referida instituição, a fim de proporcionar a capacitação tecnológica a partir da oferta de cursos para a população da região do Maciço.

No ano de 2009, por meio de outra audiência pública, foi realizada consulta à sociedade local para levantamento de demandas por cursos que estivessem adequados à realidade econômica e à geração de empregos na região do Maciço de Baturité. O resultado desse processo culminou com a apresentação de propostas da sociedade local para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014/2018 e, considerando-se as potencialidades da região, foram indicados cursos relacionados, principalmente, às áreas de Hotelaria e Lazer. Dessa forma, o IFCE dava mais um passo para consolidar o seu processo de interiorização da educação profissional e tecnológica.

Ligado administrativamente ao IFCE *Campus* Canindé, o *Campus* Avançado de Baturité foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, e suas atividades de ensino tiveram início em agosto daquele mesmo ano, com o curso Técnico em Hospedagem e o curso Superior de Tecnologia em Gastronomia. Havia também a perspectiva de inclusão de outros novos cursos nas áreas de lazer e de hospitalidade, cujo objetivo era atender os 13 municípios integrantes do maciço, contribuindo assim, com a formação educacional e profissional da população local, a fim de favorecer o desenvolvimento econômico e social da região.

Tornando-se *Campus* independente no ano de 2014, a unidade passou à condição de *Campus* convencional com uma nova estrutura organizacional e física. A ampliação dos espaços físicos por meio da construção do bloco didático, inaugurado no início de 2016, possibilitou a criação de novos cursos. Hoje o *Campus* oferece também uma pós-graduação *lato sensu* em Ciência de Alimentos, um curso superior de Licenciatura em Letras com habilitação em Português/Inglês, um curso Técnico Subsequente em Administração e curso Técnico Integrado em Comércio, além de cursos de extensão abertos à comunidade.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO IFCE

O IFCE é uma instituição federal de educação profissional e tecnológica, pluricurricular e *multicampi*, com natureza jurídica de autarquia e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, habilitada para ofertar cursos que abrangem o ensino básico, técnico, de graduação e pós-graduação, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão. Portanto, sua atuação vincula-se ao desenvolvimento local com a oferta de cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, superiores de graduação (licenciatura, tecnologia e bacharelado) e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* (especialização, mestrado e doutorado) como, também, vincula-se ao desenvolvimento de inovação, pesquisa aplicada e extensão, além de desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.

Com base nessas considerações, a instituição tem como função social a promoção do ser humano, traduzida na democratização do acesso, assim como na permanente busca da

qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento às demandas sociais.

1.3.1 Caracterização do IFCE *Campus* Baturité

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Baturité está situado na Região do Maciço de Baturité, a aproximadamente 100 km da capital cearense. Sua localização geográfica permite ofertar cursos que sejam demandados pelas várias necessidades municipais, atendendo aos municípios Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

O funcionamento da unidade se dá nos turnos matutino, vespertino e noturno, numa ampla estrutura, composta de salas de aula, laboratórios de análise sensorial, padaria, cozinha quente, cozinha fria, sala bar, sala de videoconferência, auditório, refeitório, biblioteca, ginásio coberto, secretarias de coordenações de cursos e Coordenação técnico-pedagógica, dentre outras, além do espaço de convivência e estudo dos estudantes que ali perpassam. O *Campus* conta atualmente com aproximadamente 647 discentes, 41 docentes e 31 servidores técnico-administrativos e 28 colaboradores terceirizados.

Trabalhando sempre de forma a se tornar padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Ciência e Tecnologia. Portanto, está diretamente vinculado ao desenvolvimento local da região do Maciço de Baturité. Nesse sentido, a cada ano, a unidade vem crescendo e aprimorando os seus cursos e o número de vagas ofertadas, visando abranger um público cada vez maior, sempre prezando por uma educação de alto nível, na qual se articulam competências técnicas e comportamentais, no intuito de formar um profissional devidamente habilitado para atuação no mercado de trabalho contemporâneo.

Além disso, o *Campus* Baturité apresenta como valores o compromisso ético com a responsabilidade social, o respeito, a equidade, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental. Sua missão é produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação profissional, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

Com base nessas considerações, o Instituto Federal do Ceará - *Campus* Baturité tem como função social a promoção do ser humano na sua magnitude, assim como na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico, pautados no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, como condutores de atendimento às demandas sociais.

1.4 ORGANIZAÇÃO MULTICAMPI

Para fortalecer o trabalho em prol de uma formação profissional mais adequada às necessidades regionais e ao desenvolvimento nacional, o IFCE hoje se faz presente em todas as macrorregiões do estado do Ceará, estendendo-se da capital aos principais municípios do interior e destes, aos seus distritos. Conta, para tanto, com um órgão de administração central, a Reitoria, em Fortaleza, e trinta e quatro *campi* em funcionamento nas seguintes cidades: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús,

Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

Resgatando as demandas locais e regionais, as implantações dos campi o são mediante a articulação com as prefeituras municipais e comunidade considerando às suas demandas sociais, econômicas e educacionais acerca da oferta de cursos superiores e técnicos do instituto. A ampliação da presença do IFCE no interior do Ceará atende à meta do programa de expansão da Rede Federal e leva em consideração a própria natureza dos institutos federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento socioeconômico de cada região e a prevenção do êxodo de jovens estudantes para a capital.

Além dos *campi* mencionados, foram implantados cinquenta unidades de Centro de Inclusão Digital (CID) e duas de Núcleo de Informação Tecnológica (NIT), com a finalidade de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual e, assim, completar as ações voltadas à profissionalização no Ceará. Em 2018.2, a instituição contabilizou 33.448 (trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e oito) matrículas distribuídas em 361 (trezentos e sessenta e um) cursos ofertados por meio das modalidades presencial e a distância.

1.5 FINALIDADES E OBJETIVOS DO IFCE

As finalidades do IFCE, como das demais instituições que integram a Rede Federal de Educação Tecnológica, são definidos por meio do artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, transcrito a seguir:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Ainda na Lei nº 11.892/2008 são definidos os objetivos dos institutos federais:

- I. Ministrando educação profissional, técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrando em nível de educação superior, abrangendo:
 - a. Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia;
 - b. Licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. Bacharelados e engenharias, visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. Cursos de pós-graduação *lato sensu*, de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas em diferentes áreas do conhecimento.

1.6 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Autarquia criada nos termos da Lei nº 11.892, de 20 de dezembro de 2008.

Órgão de vinculação	Ministério da Educação
Denominação completa	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará <i>Campus Baturité</i>
Denominação abreviada	Instituto Federal do Ceará (IFCE) – <i>Campus Baturité</i> .
Natureza jurídica	Autarquia Federal
CNPJ	10.744.098/0014-60
Código da IES	150471
Principal atividade	Educação Profissional de Nível Tecnológico

1.7 CURSOS TÉCNICOS OFERTADOS NO IFCE CAMPUS BATURITÉ

Atualmente, no IFCE *Campus* Baturité, são ofertados um curso técnico concomitante ao ensino médio, um curso subsequente ao ensino médio e um curso integrado ao ensino médio, conforme detalhamento a seguir:

1.7.1 Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio

1. Técnico em Hospedagem

1.7.2 Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio

1. Técnico em Administração

1.7.3 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio

1. Técnico em Comércio

1.8 CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS NO IFCE CAMPUS BATURITÉ

Atualmente, no IFCE *Campus* Baturité são ofertados um curso de licenciatura e dois cursos de tecnologia, conforme detalhamento a seguir:

1.8.1 Cursos de Licenciatura

1. Licenciatura em Letras – Português e Inglês

1.8.2 Cursos de Tecnologia

1. Tecnologia em Gastronomia
2. Tecnologia em Hotelaria

1.9 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERTADOS NO IFCE CAMPUS BATURITÉ

Atualmente, no IFCE *Campus* Baturité é ofertado 01 curso de pós-graduação *lato sensu*, conforme detalhamento a seguir:

1.9.1 Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*

1. Especialização em lato Ciência de Alimentos

1.10 DADOS DO CAMPUS

<i>Campus</i>	<i>Endereço</i>	<i>Telefone</i>	<i>E-mail/site</i>
Baturité	Av. Ouvidor Vitoriano Soares Barbosa, nº 1 – Sanharão Baturité, CE - CEP: 62760-000	(85) 3347.9150	www.ifce.edu.br/baturite

1.11 DADOS DA CPA

A Subcomissão Própria de Avaliação (CPA) do IFCE *Campus* Baturité é o órgão responsável pela implantação e pelo desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional, pautando a sua atuação na perspectiva da articulação entre o processo avaliativo e o processo de

planejamento institucional, pois ambos norteiam o desenvolvimento institucional. Numa abordagem sistêmica e contínua, o processo avaliativo do IFCE orienta a sua concepção e execução pelos princípios, parâmetros e instrumentos propostos pelo SINAES.

A composição da subcomissão para o quadriênio 2018/2022 foi estabelecida pela Portaria nº 802/GABR/REITORIA, de 17 de setembro de 2018, tendo a seguinte composição:

REPRESENTANTE	NOME	SIAPE/ MATRÍCULA/CPF
Docente	Isac de Freitas Brandão	1707232
Técnico Administrativo	Gabriel Demétrius Gomes Lopes Santa Rosa	3011117
Discente	Bruna Kelle Lima Matos	20171152050048
Representante da Sociedade Civil	Felipe Augusto Barbosa Pinheiro	907.937.063-00

2 METODOLOGIA

Sabe-se que os resultados da autoavaliação devem ser submetidos ao olhar de especialistas, na perspectiva de se proceder a uma avaliação externa das práticas desenvolvidas, uma vez que, por uma visão externa, podem-se corrigir eventuais erros de percepção produzidos por agentes internos e o documento, então, atua como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

Nesse sentido, a atual Comissão Própria de Avaliação Institucional, no que tange à metodologia aplicada ao processo avaliativo, manteve a proposta utilizada nas avaliações anteriores inclusive, quanto às etapas realizadas.

A metodologia adotada pela CPA alinha-se ao modelo proposto pelo SINAES, dividindo o processo em três etapas - elaboração, execução e a análise - culminando na produção do relatório final.

2.1.1 Etapa de Elaboração

Na etapa de elaboração, desenvolveram-se atividades de concepção metodológica, incluindo a produção dos instrumentos e, ainda, atividades de sensibilização e divulgação do processo avaliativo, adotando-se diversas estratégias e instrumentos. Para a sensibilização e divulgação, usaram-se recursos de tecnologias da informação, como e-mail, portal institucional e mídias impressas como cartazes, *folders* e panfletos. Complementando as estratégias de divulgação, realizou-se o corpo a corpo com visitas aos setores, salas de aulas e contatos pessoais com professores, alunos e técnicos.

2.1.2 Etapa de Execução

Na fase de execução, foram disponibilizados os questionários *on-line* para que a comunidade respondesse em qualquer local e a qualquer momento, dentro do período de execução. O acesso ao questionário se deu da seguinte forma: para os docentes e alunos, por meio do sistema *on-line* Q-acadêmico do IFCE; e para os técnicos administrativos, pelo portal do IFCE. A todos os participantes foi assegurado o anonimato. Cabe esclarecer que todos os *campi* responderam ao questionário, permitindo aos gestores o acesso aos dados do relatório.

2.1.3 Etapa de Análise

Conforme mencionado anteriormente, durante a etapa de execução foram coletadas as respostas dos questionários respondidos por três segmentos de públicos internos ao IFCE: estudantes, servidores técnico-administrativos e servidores docentes.

Para cada segmento de público atendido, foram consolidados os níveis de satisfação associados a cada pergunta do questionário disponibilizado, para que por meio deles pudessem ser reveladas as áreas menos assistidas em relação às políticas institucionais.

Os níveis de satisfação foram definidos de acordo com as opções disponíveis para as respostas dos questionários. Na metodologia proposta, foi definido que: (i) o nível de satisfação era **alto** quando os respondentes selecionavam as opções “Sim”, “Sempre”, “Frequentemente”, “Excelente”, “Ótimo” e “Bom”; (ii) o nível de satisfação era **médio** quando os respondentes selecionavam as opções “Raramente”, “Parcialmente” e “Regular”; e (iii) o nível de satisfação

era **baixo** quando os respondentes selecionaram a opção “Não”, “Nunca”, “Muito Fraco” e “Insuficiente”. O quadro a seguir resume a classificação dos níveis de satisfação de acordo com a metodologia proposta.

Nível de Satisfação	Opções de Respostas
Baixo	Não, Nunca, Muito Fraco e Insuficiente
Médio	Raramente, Parcialmente e Regular
Alto	Sim, Sempre, Frequentemente, Excelente, Ótimo e Bom

Ressalte-se que na primeira versão do 1º relatório local desta CPA, correspondente ao ano-calendário 2018, a opção “Frequentemente” foi considerada como nível de satisfação médio, e a opção “Raramente” foi considerada como nível de satisfação baixo, diferentemente da classificação adotada no segundo ciclo de avaliação, ao qual este relatório se refere. Esta alteração foi proposta e aprovada por maioria simples em reunião dos membros da CPA Geral e das CPA’s Locais de todos os *campi*, por se entender que reflete melhor o nível de satisfação da comunidade do IFCE.

A partir dos níveis de satisfação, realizou-se uma nova categorização dos resultados, usando como referência o percentual de *nível de satisfação alto*, com o objetivo de se encontrar um conceito final e único para o aspecto avaliado. Para cada pergunta identificou-se, por segmento de público, o percentual de respostas que apontavam para um nível de satisfação alto. Se esse percentual estivesse entre 0 e 49,99%, ter-se-ia como resultado da avaliação no segmento de público o conceito de *fragilidade*. Caso esse percentual estivesse entre 50 e 69,99%, dir-se-ia que o conceito seria de *avaliação mediana* e se o percentual fosse maior que 70%, o resultado final por segmento apontaria para uma *potencialidade*. O quadro a seguir resume a classificação dos resultados de avaliação por segmento de público.

Intervalo de Nível de Satisfação Alto	Resultado da Avaliação por Segmento de Público
0% - 49,99%	Fragilidade
50% - 69,99%	Avaliação mediana
70% - 100%	Potencialidade

Considerando-se os três segmentos de públicos do IFCE tratados neste trabalho, ao obter-se o resultado da avaliação por segmento, faz-se ainda necessário estabelecer um conceito único para os resultados de cada segmento. O quadro a seguir resume as possibilidades de agrupamento dos resultados de avaliação de cada segmento de público, quando somente dois segmentos estão envolvidos.

Segmento de Público 1	Segmento de Público 2	Classificação Final
<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Tendência de Potencialidade</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>

<i>Fragilidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Tendência de Potencialidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>

Na metodologia proposta, uma *fragilidade* anula uma *potencialidade*. Quando somente dois segmentos de público estão envolvidos e um dos segmentos aponta para uma *fragilidade* e o outro para uma *potencialidade*, diz-se então haver uma *controvérsia*. Uma *avaliação mediana* combinada com uma *potencialidade* ou *fragilidade*, transforma o conceito em *tendência de potencialidade* ou *tendência de fragilidade*, respectivamente.

No caso de três segmentos envolvidos, como uma *fragilidade* anula uma *potencialidade*, então prevalecerá o resultado da avaliação do terceiro segmento de público considerado. O quadro a seguir resume as possibilidades de agrupamento dos resultados de avaliação de cada segmento de público, quando três segmentos estão envolvidos.

Segmento de Público 1	Segmento de Público 2	Segmento de Público 3	Classificação Final
<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	
<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	
<i>Fragilidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	

Em resumo, para o relatório de avaliação o que interessa, predominantemente, são as *potencialidades* e *fragilidades*. Nos demais casos, recomenda-se uma análise mais detalhada para que sejam identificadas as causas, a fim de minimizar as consequências. Para o público, em

geral, o mais importante são os conceitos *fragilidade* e *potencialidade* e, para a gestão, todos são importantes, sendo necessário entendê-los para aplicar o tratamento/as ações adequadas.

A metodologia compreende, ainda, a atividade de devolutiva dos resultados encontrados, que consiste em apresentação, por meio de seminários, destinada aos três segmentos acadêmicos. A expectativa é de que os seminários se constituam em mais um espaço democrático como oportunidade para prestação de contas dos gestores e estabelecimento de novos compromissos com a comunidade.

2.2 RESPONDENTES DAS PESQUISAS APLICADAS

Para se estabelecerem os percentuais de participação, utilizaram-se, em relação aos discentes, os dados disponibilizados na plataforma IFCE em Números, referentes ao ano de 2019, no segundo semestre letivo, considerando o número de alunos matriculados mais vínculo institucional.

Para se estabelecerem os percentuais de participação, utilizaram-se, em relação aos servidores (docentes e técnicos administrativos), os dados disponibilizados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP-IFCE).

Participaram desta pesquisa 41 servidores docentes, 9 técnico-administrativos e 535 estudantes matriculados em cursos técnicos e de graduação. Os questionários foram disponibilizados para os três segmentos entre fevereiro e março de 2020, período correspondente ao segundo semestre letivo do ano-calendário 2019. Na tabela a seguir, é indicado o percentual de respondentes em relação ao público-alvo de cada segmento.

<i>Campus</i>	Participação (%)		
	Alunos	Professores	Técnicos
Baturité	82%	100%	29%

Ressalte-se que o quarto bloco do questionário respondido pelos alunos teve apenas quatro respostas válidas, da amostra de 535 estudantes, o que prejudicou a análise de alguns itens neste segmento. Na exposição da análise de dados (capítulo 3) serão feitas ressalvas nas avaliações dos itens relativos a este bloco de questões.

Cabe ainda destacar, que em comparação com relatório de avaliação institucional 2019, tendo como ano de referência 2018, constatou-se um aumento significativo no percentual de respondentes dos segmentos discente e docente, aumentando em 25% e 9% respectivamente. Acredita-se que o aumento no quantitativo de repostas dos referidos segmentos deve-se aos impreteríveis momentos de sensibilização corpo a corpo nos setores e salas de aula, além de outras formas de divulgação em meios físicos e virtuais como flanelógrafos e redes sociais do *Campus*.

3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS PERTINENTES A CADA EIXO

Nesse campo, são apresentados os dados coletados e informações pertinentes a cada eixo, considerando as diferentes dimensões institucionais, dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861, que instituiu o SINAES.

É válido destacar que o instrumento avaliativo, até então utilizado, não contempla as dimensões 6 (Organização e Gestão da Instituição), 8 (Planejamento e Avaliação) e 10 (Sustentabilidade Financeira). Nas considerações finais, fica estabelecido que a equipe de gestão da CPA, durante a revisão dos questionários, deverá contemplar essas dimensões.

3.1 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3.1.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Você teve a oportunidade de participar da elaboração/revisão do PDI/PAA do seu <i>campus</i> ?	<i>Avaliação mediana</i> 51,2%	<i>Fragilidade</i> 13,1%	<i>Potencialidade</i> 77,8%	<i>Controvérsia</i>
Você considera que o IFCE mantém coerência entre suas finalidades, objetivos e o contexto social em que está inserido?	<i>Potencialidade</i> 90,2%	<i>Potencialidade</i> 87,9%	<i>Potencialidade</i> 77,8%	<i>Potencialidade</i>

Nessa dimensão, os servidores, em especial docentes, apontaram que tiveram oportunidade de participar da elaboração e/ou revisão do PDI. Por outro lado, discentes indicaram baixa participação neste processo, da mesma forma que foi apontado no primeiro relatório parcial, referente ao ano de 2018. Torna-se importante, portanto, ações que permitam maior engajamento de discentes na elaboração do PDI do *Campus*. Os três segmentos consideram que a instituição mantém coerência entre suas finalidades, objetivos e o contexto social em que está inserida, o que indica melhoria em relação a 2018, cujo conceito foi “avaliação mediana”.

3.1.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O <i>campus</i> dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência visual?	<i>Fragilidade</i> 2,4%	<i>Fragilidade</i> 15,8%	<i>Fragilidade</i> 0,0%	<i>Fragilidade</i>
O <i>campus</i> dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência física?	<i>Fragilidade</i> 29,3%	<i>Fragilidade</i> 42,1%	<i>Fragilidade</i> 11,1%	<i>Fragilidade</i>
O <i>campus</i> dispõe de pessoal especializado para atender pessoas com deficiência auditiva?	<i>Fragilidade</i> 4,9%	<i>Fragilidade</i> 10,3%	<i>Fragilidade</i> 0,0%	<i>Fragilidade</i>
O <i>campus</i> desenvolve projetos capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico/social da região?	<i>Avaliação mediana</i> 65,9%	<i>Avaliação mediana</i> 50,3%	<i>Avaliação mediana</i> 55,6%	<i>Avaliação mediana</i>
No <i>campus</i> , existe política/programa/ação de inclusão social?	<i>Avaliação mediana</i> 68,3%	<i>Avaliação mediana</i> 55,0%	<i>Avaliação mediana</i> 66,7%	<i>Avaliação mediana</i>
Existe uma política/programa/ação de preservação do meio ambiente no <i>campus</i> ?	<i>Fragilidade</i> 24,4%	<i>Fragilidade</i> 46,5%	<i>Fragilidade</i> 11,1%	<i>Fragilidade</i>

No <i>campus</i> , existe uma política, ação ou um programa que contribui para a preservação da memória cultural e patrimônio cultural da cidade?	<i>Fragilidade</i> 48,8%	<i>Fragilidade</i> 46,5%	<i>Fragilidade</i> 33,3%	<i>Fragilidade</i>
Você se julga capacitado a ministrar sua disciplina para alunos com necessidades educativas especiais?	<i>Fragilidade</i> 12,2%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>

A percepção dos respondentes sobre a responsabilidade social do *Campus* melhorou em 2019 com relação a 2018, mas ainda é predominantemente negativa. Apenas as questões relativas à contribuição do *Campus* para o desenvolvimento econômico/social da região e à existência de política de inclusão social foram conceituadas como “avaliação mediana”. No espaço destinado a comentários foi citada a necessidade de adequação da estrutura física do *Campus* para portadores de deficiência visual, bem como contratação de intérprete de libras para auxiliar a comunicação com portadores de deficiência auditiva. Neste sentido, segue a recomendação de implementação de estratégias de melhoria contínua da responsabilidade social do *Campus*, em especial no que tange à acessibilidade e à preservação do meio ambiente e da memória cultural e patrimônio cultural da cidade, para que sejam vistos pela comunidade acadêmica como “potencialidade”.

3.2 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.2.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O currículo do Instituto visa à formação do cidadão crítico e participativo. Você considera que a prática docente contribui para a efetividade desse currículo?	<i>Potencialidade</i> 95,1%	<i>Potencialidade</i> 90,8%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A reflexão e a pesquisa são estratégias de aprendizagem capazes de estimular o autodesenvolvimento do educando. Essas estratégias estão presentes no método de ensino dos professores?	<i>Potencialidade</i> 100,0%	<i>Potencialidade</i> 95,7%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Essas práticas são observadas pelos docentes?	<i>Potencialidade</i> 97,6%	<i>Potencialidade</i> 94,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Os currículos e programas do seu curso correspondem a suas expectativas?	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i> 84,3%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Você desenvolveu alguma atividade de produção científica e tecnológica mediante a publicação de artigos, livros ou comunicação em eventos científicos?	<i>Potencialidade</i> 70,7%	<i>Fragilidade</i> 33,5%	<i>Não se aplica</i>	<i>Controvérsia</i>
Em relação ao apoio à participação em eventos regionais, nacionais e	<i>Fragilidade</i> 19,5%	<i>Fragilidade</i> 29,9%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>

internacionais com quais, as suas solicitações foram atendidas?				
Você participa de atividade de extensão no seu <i>campus</i> ?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 26,5%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Você promove atividade de extensão e/ou participa de alguma em seu <i>campus</i> ?	<i>Potencialidade</i> 73,2%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Os representantes do <i>campus</i> estimulam a participação dos alunos em atividades de extensão?	<i>Avaliação mediana</i> 61,0%	<i>Avaliação mediana</i> 58,9%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i>
Você considera que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas de maneira articulada no seu <i>campus</i> ?	<i>Fragilidade</i> 48,8%	<i>Potencialidade</i> 77,7%	<i>Potencialidade</i> 77,7%	<i>Potencialidade</i>
Você considera que a extensão desenvolvida no seu <i>campus</i> contribui para o desenvolvimento social das comunidades atendidas?	<i>Potencialidade</i> 73,2%	<i>Avaliação mediana</i> 54,9%	<i>Não se aplica</i>	<i>Tendência à potencialidade</i>
Coerência dos objetivos do curso com a estrutura curricular?	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i> 75,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, previstas no PDI, no âmbito do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i> 50,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i>
Atualização dos conteúdos curriculares previstos em relação ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 25,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Adequação das cargas horárias ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 25,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Coerência das atividades pedagógicas com a metodologia implantada no curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 25,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Articulação da teoria com a prática:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 25,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A atuação do(a) coordenador(a):	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 25,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A atuação do(as) professores(as) em relação ao ensino:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 25,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A atuação do(as) professor(as) em relação à extensão:	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i> 50,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i>
A atuação dos técnicos-administrativos do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i> 50,0%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i>
O <i>campus</i> desenvolve práticas que estimulam a formação continuada do docente	<i>Potencialidade</i> 75,6%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. A sua prática avaliativa em sala de aula observa esse aspecto?	<i>Potencialidade</i> 97,6%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>

No âmbito das políticas acadêmicas de ensino, destaca-se positivamente o currículo e a avaliação da aprendizagem, como melhor avaliados pelos respondentes em 2019 do que em 2018. Por outro lado, os discentes apontaram como “fragilidade” a atualização do conteúdo, as atividades pedagógicas, a carga horária, a articulação entre teoria e prática e a atuação de professores e coordenadores, que não tinham sido apontados como “fragilidades” em 2018. Ressalte-se que estes itens são avaliados apenas pelos discentes e se referem a questões do quarto bloco do questionário, que teve apenas quatro respostas válidas, o que prejudica a generalização destes resultados.

Entre as manifestações dos respondentes, um discente relatou a dificuldade em concluir o trabalho de conclusão de curso. Entre os docentes foi sugerido: redução no número de reuniões (que para ele(a)s atrapalha o desenvolvimento das atividades de ensino); maior apoio à educação continuada de professores; maior flexibilização dos setores que auxiliam a prática docente; e desenvolvimento de um programa institucional de acompanhamento dos egressos. Recomenda-se à gestão que verifique junto ao corpo discente e docente estes itens, além das fragilidades apontadas pelos quatro discentes, a fim de se verificar a necessidade de intervenções que proporcionem a melhoria das políticas de ensino do *Campus*.

Em geral, as políticas acadêmicas de pesquisa e extensão, bem como sua interação com o ensino, foram avaliadas positivamente. Exceção se faz ao apoio dado pelo *Campus* para a participação de docentes e discentes em eventos acadêmicos e à participação de discentes em projetos e eventos de extensão, que são apontadas como “fragilidades”, corroborando os resultados de 2018. Estes dois pontos, por ser recorrentes nos dois ciclos de avaliação, devem ser vistos com maior atenção pela gestão do *Campus*. Nas manifestações dos docentes também foi citado que a extensão e a pesquisa no *Campus* são incipientes, devendo ser mais estimulada.

3.2.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Você considera que a imagem institucional é reconhecida na região em que seu <i>campus</i> está?	<i>Potencialidade</i> e 70,7%	<i>Avaliação</i> mediana 63,6%	<i>Não se aplica</i>	<i>Tendência à</i> <i>potencialidade</i>
As estratégias de comunicação interna adotadas pela instituição garantem a divulgação de informações corretas e precisas?	<i>Fragilidade</i> 46,3%	<i>Avaliação</i> mediana 56,6%	<i>Avaliação</i> mediana 55,6%	<i>Avaliação</i> <i>Mediana</i>
As estratégias de comunicação externa adotadas pela instituição garantem a consolidação da imagem institucional?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 33,3%	<i>Fragilidade</i>

A comunicação do *Campus* com a sociedade apresentou avaliação melhor em 2019, quando comparado à de 2018. Neste sentido, para os respondentes a imagem institucional do *Campus* é reconhecida em sua região de atuação. Entretanto, a comunicação interna e a comunicação externa ainda devem ser olhadas com atenção pela gestão do *Campus*, pois apresentam avaliação conceitual “Avaliação mediana” e “fragilidade”, respectivamente.

Corroborando a avaliação quantitativa, docentes em suas manifestações relataram a necessidade de maior transparência nas ações da gestão do *Campus*, comunicação interna mais eficaz e utilização dos meios de comunicação institucional para divulgar informações de interesses comuns.

3.2.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O atendimento pedagógico ao aluno é satisfatório?	Fragilidade 46,3%	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
O atendimento social ao aluno é satisfatório?	Fragilidade 22,0%	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
O atendimento na coordenação de controle acadêmico é satisfatório?	Avaliação mediana 63,4%	Avaliação mediana 50,0%	Não se aplica	Avaliação Mediana
O atendimento relacionado a estágio é satisfatório?	Fragilidade 26,8%	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
Coerência dos objetivos do curso com o perfil profissional do egresso	Não se aplica	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
Apoio ao discente, por meio de programas, tais como: programa de apoio extraclasse, psicopedagógico, atividade de nivelamento e extracurriculares?	Não se aplica	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio-óculos do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 11,8%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio-transporte do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 16,3%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas com pernoite do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 12,7%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas sem pernoite do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 12,5%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas obrigatórias do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 16,3%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio-alimentação do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 16,6%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio-moradia do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 13,3%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política do IFCE quanto ao auxílio a mães e pais?	Não se aplica	Fragilidade 6,7%	Não se aplica	Fragilidade
Como você avalia a política de auxílio acadêmico do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 13,3%	Não se aplica	Fragilidade

No que se refere à política de atendimento aos discentes, nenhum item analisado foi considerado “potencialidade”, e o único item que não foi avaliado como “fragilidade” diz respeito ao atendimento feito pelo controle acadêmico (“avaliação mediana”). Embora os seis primeiros itens do quadro tenham sido avaliados por apenas quatro discentes (pertencentes ao quarto bloco de questões), a avaliação negativa no conjunto de itens reitera os resultados da

avaliação de 2018, o que indica que a política de atendimento aos discentes do *Campus* precisa ser revista. Ressalte-se que muitas destas políticas necessitam de recursos financeiros para ser otimizadas, o que não depende unicamente da gestão do *Campus*, mas principalmente de dotação orçamentária. No espaço reservado a críticas e sugestões foi apontada a falta de profissionais de enfermagem, libras e psicologia no *Campus*, medidas que dependem de criação de códigos de vaga e processos de remoção interna/concurso público.

3.3 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

3.3.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Existe respeito e confiança entre os servidores e a chefia imediata?	Potencialidade 95,1%	Não se aplica	Avaliação mediana 66,7%	Tendência à potencialidade
Existe respeito e confiança entre os servidores?	Potencialidade 97,6%	Não se aplica	Avaliação mediana 55,6%	Tendência à potencialidade
Existe respeito e confiança entre os servidores e estudantes?	Potencialidade 100,0%	Não se aplica	Potencialidade 88,9%	Potencialidade
A política de capacitação tem viabilizado o acesso à participação em curso e eventos condizentes com o seu cargo?	Avaliação mediana 61,0%	Não se aplica	Fragilidade 22,2%	Tendência à fragilidade
Você se sente valorizado no IFCE?	Potencialidade 78,0%	Não se aplica	Fragilidade 44,4%	Controvérsia
As condições de trabalho são satisfatórias para o desempenho da sua função?	Potencialidade 95,1%	Não se aplica	Avaliação mediana 66,7%	Tendência à potencialidade
O clima organizacional contribui para sua motivação profissional?	Potencialidade 78,0%	Não se aplica	Fragilidade 44,4%	Controvérsia

No que diz respeito às políticas de gestão, responderam os questionários docentes e técnicos-administrativos. Nessa dimensão, observa-se melhoria na avaliação dos itens em relação a 2018, principalmente por parte de docentes. O respeito entre servidores, chefia e estudantes e as condições de trabalho são vistos pelos respondentes como “potencialidade” ou “tendência a potencialidade”. Entretanto, a política de capacitação ainda é vista como uma “tendência à fragilidade”, e técnicos-administrativos vêm como “fragilidade” sua valorização profissional e condições de trabalho. Alguns docentes apontaram nos comentários a necessidade de maior transparência nas ações e gestão mais democrática, com maior participação dos servidores no processo de tomada de decisão. Também foi sugerido o aumento do incentivo às ações de qualificação, da capacitação dos servidores quanto às rotinas administrativas e da valorização do servidor.

Nesse sentido, reforça-se a recomendação indicada no primeiro ciclo de avaliação (2018), de estratégias de planejamento e acompanhamento de ações que envolvam relações interpessoais, condições de trabalho, valorização profissional e investimentos em capacitação, com a finalidade de melhorar a qualidade das políticas de pessoal.

3.4 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

3.4.1 Dimensão 7: Infraestrutura física

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à limpeza?	Potencialidade 78,0%	Potencialidade 78,3%	Não se aplica	Potencialidade
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à iluminação?	Avaliação mediana 56,1%	Potencialidade 74,7%	Não se aplica	Tendência a potencialidade
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à ventilação?	Avaliação mediana 56,1%	Avaliação mediana 63,2%	Não se aplica	Avaliação mediana
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação ao mobiliário?	Avaliação mediana 51,2%	Avaliação mediana 65,3%	Não se aplica	Avaliação mediana
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação aos equipamentos?	Fragilidade 24,4%	Fragilidade 42,3%	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à limpeza dos laboratórios?	Fragilidade 39,0%	Avaliação mediana 64,6%	Não se aplica	Tendência a fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à iluminação dos laboratórios?	Fragilidade 34,1%	Avaliação mediana 63,8%	Não se aplica	Tendência a fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à ventilação dos laboratórios?	Fragilidade 39,0%	Avaliação mediana 50,1%	Não se aplica	Tendência a fragilidade
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário dos laboratórios?	Fragilidade 24,4%	Fragilidade 43,4%	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos dos laboratórios?	Fragilidade 24,4%	Fragilidade 37,7%	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à segurança dos alunos e professores nos laboratórios?	Fragilidade 19,5%	Não se aplica	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à limpeza dos banheiros?	Fragilidade 24,4%	Fragilidade 37,3%	Fragilidade 0,0%	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à iluminação dos banheiros?	Fragilidade 39,0%	Avaliação mediana 55,4%	Fragilidade 44,4%	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à ventilação dos banheiros?	Fragilidade 36,6%	Fragilidade 39,6%	Fragilidade 22,2%	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à limpeza da biblioteca?	Avaliação mediana 68,3%	Potencialidade 79,8%	Não se aplica	Tendência à potencialidade
Qual a sua satisfação em relação à iluminação da biblioteca?	Avaliação mediana 61,0%	Potencialidade 75,2%	Não se aplica	Tendência à potencialidade
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário de biblioteca?	Fragilidade 48,8%	Avaliação mediana 61,0%	Não se aplica	Tendência à fragilidade
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos da biblioteca?	Fragilidade 39,0%	Avaliação mediana 52,0%	Não se aplica	Tendência à fragilidade
Qual a sua satisfação quanto aos	Fragilidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade

serviços de apoio às suas atividades (telefone)?	39,0%	36,2%	77,8%	
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (xerox)?	Fragilidade 22,0%	Fragilidade 20,6%	Fragilidade 22,2%	Fragilidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (material de consumo)?	Fragilidade 34,1%	Não se aplica	Fragilidade 44,4%	Fragilidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (multimeios)?	Fragilidade 26,8%	Fragilidade 31,2%	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (quadro branco)?	Avaliação mediana 53,7%	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (apagador e pincel)?	Avaliação mediana 58,5%	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Na biblioteca, você encontrou os livros ou periódicos indicados pelo professor?	Não se aplica	Potencialidade 81,5%	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico satisfatório em relação à bibliografia básica prevista para o seu curso?	Avaliação mediana 61,0%	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Você considera o acervo bibliográfico conservado?	Potencialidade 100,0%	Potencialidade 94,3%	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico atualizado?	Avaliação mediana 58,5%	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Os equipamentos informáticos são mantidos adequadamente, em relação ao funcionamento e à manutenção?	Potencialidade 85,4%	Potencialidade 84,4%	Potencialidade 77,8%	Potencialidade
A velocidade da <i>internet</i> é suficiente para o cumprimento de suas atividades?	Potencialidade 70,7%	Avaliação mediana 66,1%	Potencialidade 77,8%	Potencialidade
Em geral como você avalia a sala do(a) coordenador(a)?	Não se aplica	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
Em geral como você avalia a sala dos professores?	Não se aplica	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
Em geral como você avalia a sala de aula?	Não se aplica	Fragilidade 0,0%	Não se aplica	Fragilidade
Em geral como você avalia a Biblioteca?	Não se aplica	Fragilidade 25,0%	Não se aplica	Fragilidade
Em geral como você avalia o acervo bibliográfico?	Não se aplica	Avaliação mediana 50,0%	Não se aplica	Avaliação mediana
Em geral como você avalia os laboratórios?	Não se aplica	Avaliação mediana 50,0%	Não se aplica	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação à limpeza das salas dos professores?	Fragilidade 46,3%	Não se aplica	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à iluminação das salas dos professores?	Avaliação mediana 56,1%	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação mediana
Qual a sua satisfação em relação à	Avaliação	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação

ventilação das salas dos professores?	<i>mediana</i> 68,3%			<i>mediana</i>
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário das salas dos professores?	<i>Fragilidade</i> 17,1%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos das salas dos professores?	<i>Fragilidade</i> 7,3%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Sobre a limpeza das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 11,1%	<i>Fragilidade</i>
Sobre o mobiliário das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i> 55,6%	<i>Avaliação mediana</i>
Sobre a iluminação das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i> 66,7%	<i>Avaliação mediana</i>
Sobre os equipamentos das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 11,1%	<i>Fragilidade</i>
Sobre a ventilação das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i> 88,9%	<i>Potencialidade</i>

Quanto às salas de aula, a limpeza e a iluminação são vistos como “potencialidade”. O único ponto de “fragilidade” são os equipamentos, já apontado em 2018. Neste sentido, docentes apontaram em seus comentários a falta de computadores em sala de aula, dificuldade de acesso à *internet* no bloco didático e problemas com equipamentos de multimeios e ar-condicionado instalados.

Da mesma forma que em 2018, laboratórios tiveram todos os itens avaliados (limpeza, iluminação, ventilação, mobiliário, equipamentos e segurança) como pontos de “fragilidade” ou “tendência à fragilidade” (limpeza, iluminação, ventilação, mobiliário, equipamentos e segurança). Em seus comentários, um respondente indicou a necessidade de manutenção dos equipamentos (computadores) do laboratório de informática.

Todos os itens relacionados aos banheiros foram apontados como “fragilidades” (limpeza, iluminação e ventilação), com avaliação mais negativa do que em 2018. Um respondente docente sugeriu a limpeza dos banheiros antes do início das aulas.

Com relação à biblioteca, foram apontados como “tendência à potencialidade” a limpeza e a iluminação. Para os alunos, o acervo bibliográfico é conservado e supre as solicitações dos docentes, sendo avaliado como “potencialidade”. Por outro lado, foram apontados como “fragilidade” os equipamentos e a mobília, resultado semelhante a 2018. No espaço reservado a críticas e sugestões, os docentes reforçaram a necessidade de melhorar o acervo, em especial o referente ao curso de Letras.

Dos serviços de apoio às atividades, foram apontados como “fragilidades” telefone, xérox, material de consumo e multimeios, com avaliação pouco superior em relação a 2018. Embora os equipamentos de informática e a velocidade da *internet* tenham sido avaliados como “potencialidades”, docentes indicaram em seus comentários a dificuldade de acesso à *internet*

no bloco didático. Outros pontos comentados incluem a demora no atendimento a requisição de material de consumo e problemas com os equipamentos de multimeios.

A sala dos professores do *Campus*, segundo os docentes, apresenta “fragilidade” quanto a limpeza, mobiliário e equipamentos, resultados semelhantes a 2018. Em seus comentários, alguns docentes sugeriram a melhoria dos equipamentos disponibilizados para suas atividades na sala dos professores, incluindo copiadora, scanner, impressora. Também é relatado o tamanho da sala e a quantidade de equipamentos e mobília, insuficiente para atender o número de docentes.

As salas destinadas às atividades administrativas, embora não tenham sido mencionadas nos comentários, tem dois itens avaliados por técnicos-administrativos como “fragilidade”: limpeza e equipamentos. A ventilação destas salas, apontada como “fragilidade” em 2018, agora é vista como “potencialidade” pelos técnicos-administrativos.

As salas dos coordenadores, vistas pelos discentes em 2018 como “potencialidade”, foram avaliadas em 2019 como “fragilidade”. Entretanto, por este item constar no quarto bloco do questionário, teve apenas quatro respostas válidas. Outros pontos sobre a infraestrutura do *Campus* apontados pelos respondentes em suas considerações são a renovação da mobília do auditório e o aumento das instalações do *Campus*, em decorrência do aumento do número de cursos, o que aumentou o número de discentes e docentes. Também é sugerida a contratação de mais técnicos-administrativos, para suprir o aumento da demanda de serviços administrativos.

No geral, a infraestrutura do *Campus* apresentou na avaliação de 2019 praticamente os mesmos problemas de 2018. Diante da restrição orçamentária dos últimos exercícios, entende-se que há pontos cuja melhoria não depende unicamente da gestão local do *Campus*. Entretanto, sugere-se que sejam avaliados quais os pontos destacados como “fragilidade” e “tendência à fragilidade” podem ser otimizados sem que implique em comprometimento do orçamento do *Campus*, e sejam propostas e implementadas medidas que possam melhorar estes pontos.

4 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE PRELIMINAR

A partir das categorias de avaliação apresentadas e das considerações feitas pelos respondentes dos segmentos, a CPA Local irá disponibilizar este relatório no site institucional do *Campus* e proporcionar meios de divulgação deste relatório à comunidade acadêmica para que estimule a participação de todos. Na ocasião serão analisadas as observações feitas pelos segmentos do *Campus* para que, em seguida, o *Campus* elabore seu plano de trabalho a fim de alcançar as melhorias necessárias à qualidade satisfatória dos serviços ofertados pelo IFCE.

A divulgação deste material e a elaboração do plano de trabalho devem ser realizados no ano de 2020. No ano de 2021, deverá ser apresentado o relatório final. Nele deve constar uma análise mais aprofundada dos dados coletados e os resultados do plano de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório é resultado de pesquisa realizada pela Comissão Própria de Avaliação do IFCE junto a alunos e servidores docentes e técnico-administrativos referente ao segundo ciclo de avaliação institucional interna, realizada entre fevereiro e março de 2020. Por meio da análise dos resultados da amostra referente ao *Campus* Baturité, a CPA local identificou a presença de muitos temas importantes e que merecem ser estudados pela gestão do *Campus*. Entre eles, destacam-se: assistência estudantil, melhoria da comunicação interna, ampliação do acervo da biblioteca, acessibilidade, incentivo quanto à participação de mais alunos em pesquisa e extensão, melhoria da infraestrutura do *Campus*, dentre outros.

Nesse contexto, a CPA Local irá se apropriar deste relatório, divulgar e estudar os resultados gerais com a comunidade acadêmica. Além desse aspecto, a CPA Local irá informar à gestão do *Campus* acerca da necessidade da construção de ações necessárias para manutenção das “potencialidades” e melhoria das “fragilidades” e “tendência à fragilidade” apontadas, assim como das considerações feitas pelos respondentes. Embora se reconheça que há pontos avaliados negativamente cuja melhoria não dependa exclusivamente da tomada de decisão da gestão do *Campus*, é importante que a gestão do *Campus* elabore um plano de trabalho com ações a serem implementadas para a melhoria destes indicadores.

Para 2020 ainda está prevista a realização da pesquisa relativa ao terceiro ciclo de avaliações, sob responsabilidade da CPA Geral. A CPA local será responsável pela conscientização dos segmentos respondentes acerca da importância da avaliação institucional. Até março de 2021, a CPA Geral irá elaborar o relatório integral, referente ao ano calendário 2020. Em seguida, a CPA local do *Campus* Baturité irá elaborar, publicizar e discutir junto à gestão e à comunidade acadêmica o relatório final integral da avaliação interna do *Campus* referente ao triênio 2018-2020. Ademais, todas as ações da CPA local deverão ser devidamente documentadas e arquivadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15.12.2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abr. 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 15 de abr. 2004. Seção 1 p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

_____. Portaria Nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do SINAES.

INSTITUTO Federal do Ceará - IFCE. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018).

INSTITUTO Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Nota Técnica IINEP/DAES/CONAES N º 65: Roteiro de auto-avaliação institucional: orientações gerais. Brasília, 2004b, 44 p.